

## **ADESÃO EM PESQUISA SOBRE USO DE PSICODÉLICOS PARA TRATAMENTOS DE TRANSTORNOS MENTAIS**

ACCESSION TO RESEARCH ON THE USE OF PSYCHEDELICS IN MENTAL DISORDERS TREATMENTS

**Cristiane Ferreira Silveira<sup>1</sup>, Nádia Valéria Moreira Santos<sup>2</sup>, Paulo Rogério Morais<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>Mestranda em Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia – Brasil.

Contato: christianefsilveira@gmail.com

<sup>2</sup>Mestranda em Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia – Brasil.

Contato: nadia\_moreira@outlook.com.br

<sup>3</sup>Doutor em psiquiatria e psicologia médica, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia – Brasil.

Contato: paulo.morais@unir.br

**Editor-associado:** Laísy de Lima Nunes

**Recebido em:** 18/04/2024

**Aceito em:** 28/03/2025

**Publicado em:** 08/12/2025

**Citar:** Silveira, C. F., Santos, N. V. M., & Morais, P. R. (2025). Adesão em pesquisa sobre uso de psicodélicos para tratamentos de transtornos mentais. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, 13(2), 09-27.

### **Resumo**

Trata-se de uma pesquisa realizada com trabalhadores de saúde mental, no estado brasileiro de Rondônia, com o objetivo de mostrar dificuldades e desafios encontrados durante o processo de recrutamento e coleta de dados de participantes para se estudar as atitudes de gestores e profissionais acerca do uso de drogas psicodélicas na atenção à saúde mental. Durante o recrutamento e a coleta de dados, foi utilizado um diário de campo e realizada análise de conteúdo dos dados obtidos. Os resultados foram discutidos através das unidades de contextos: obtenção de anuência institucional, recrutamento e adesão à pesquisa e coleta de dados e aplicação dos questionários. Em linhas gerais, constataram-se desafios como: falta de acesso aos serviços, alta rotatividade dos profissionais, falta de conhecimento, resistência relacionada ao tema e pouco interesse dos trabalhadores da saúde mental em responder pesquisas com essa temática. Espera-se subsidiar a criação de estratégias de recrutamento mais efetivas.

**Palavras-chave:** saúde mental; recrutamento; pesquisa científica; serviços de saúde.

### **Abstract**

This is a study conducted with mental health workers in the Brazilian state of Rondônia, aimed at demonstrating the difficulties and challenges encountered during the recruitment and data collection process for a study on managers' and professionals' attitudes regarding the use of psychedelic drugs in mental health care. A field diary was used during recruitment and data collection and content analysis of the obtained data was performed. The results were discussed through contextual units: obtaining institutional consent, recruitment and adherence to the research, and data collection and questionnaire application. In general, challenges such as lack of access to services, high turnover of professionals, lack of knowledge, resistance related to the topic, and little interest among mental health workers in responding to surveys on this topic were observed. It is hoped to support the creation of more effective recruitment strategies.

**Keywords:** mental health; recruitment; scientific research; health services.

## Introdução

Enquanto o mundo experimenta o aumento preocupante dos problemas de saúde mental, há avanços significativos nas pesquisas relacionadas ao uso de substâncias psicodélicas para o tratamento de vários transtornos mentais (Nutt et al., 2020). Dados divulgados pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022) apontam que os transtornos mentais como depressão e ansiedade apresentaram aumento de 25% com o período pandêmico (Winstock et al., 2021). O levantamento mundial Global Drug Survey (GDS), realizado em 2020, apontou índices maiores do uso de álcool correlacionado com o cenário decorrente da COVID-19 e suas sequelas em saúde física e mental (Winstock et al., 2020). Em contrapartida, o número de pesquisas com drogas psicodélicas usadas como adjuvantes terapêuticos nos protocolos de tratamento de diversos transtornos mentais está crescendo e os resultados são altamente promissores (Greenway et al., 2020).

As drogas psicodélicas, também chamadas de alucinógenas, estão alocadas na classificação como perturbadoras do sistema nervoso central (SNC), por produzir estados alterados de consciência diferentes dos usuais (Fantegrossi et al., 2008; Nichols, 2004). Os psicodélicos clássicos (dietilamida do ácido lisérgico [LSD], psilocibina, mescalina e ayahuasca [Dimetiltriptamina e betacarbolinas]) têm mecanismos neurobiológicos que definem a atuação nos receptores 5-HT2A como agonista serotonérígico e facilitam transformações globais na conexão cerebral e a plasticidade neural (Corrigan et al., 2021). Evidências têm demonstrado que a ação nesses receptores justifica o uso de protocolos embasados em drogas psicodélicas para tratar transtornos por uso de substâncias, alcoolismo e tabagismo e diversos outros transtornos mentais (DiVito & Leger, 2020; Garcia-Romeu et al., 2016). Muitas pesquisas com substâncias psicodélicas estão sendo conduzidas em resposta ao aumento da demanda em saúde mental (Beserra et al., 2021).

O Brasil está na vanguarda em estudos com substâncias psicodélicas para transtornos depressivos e transtornos por uso de substâncias (Escobar & Roazzi, 2010a; Machado, 2020; Palhano-Fontes et al., 2019). A despeito do perfil de serem relativamente seguras do ponto de vista fisiológico e de não serem alvo de uso compulsivo, a legislação nacional considera tais substâncias como danosas à saúde e sem potencial para usos médicos, excetuando-se a regulamentação do uso religioso da ayahuasca e abertura legal para uso de cogumelos produtores da psilocibina na sua forma natural (Braun, 2023; Escobar & Roazzi, 2010b; Ministério da Saúde, 1998).

No país, há relativamente poucos serviços especializados de saúde pública para o tratamento de transtornos mentais ou por uso de substâncias. Paralelo ao proibicionismo e conservadorismo de algumas instituições, muitas ações direcionadas à saúde mental ainda são ligadas à justiça e à segurança pública, o que acarreta prejuízos para as estratégias de saúde e redução de danos (Quintas & Tavares, 2020). Em meio a esse cenário contraditório, são enumerados um rol de serviços ou

instituições ligadas à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), dentre eles estão: a atenção básica à saúde, serviços de urgência e emergência e internação hospitalar, os Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), estratégias de reabilitação e desinstitucionalização, os dispositivos de internação residencial de caráter transitório e também as Comunidades Terapêuticas (CT). E outros não ligados a RAPS: os grupos de 12 passos, como os Alcoólicos Anônimos (AA), Narcóticos Anônimos (NA), grupos religiosos que são numerosos e atuam ativamente, além de outros serviços como os da rede socioassistencial, os órgãos do Poder Judiciário e serviços da iniciativa privada (Labate et al., 2009; Ministério da Cidadania, 2019).

No estado de Rondônia, localizado em região fronteiriça, afetado pelo tráfico de drogas, exploração madeireira, mineração ilegal, entre outras, há uma demanda desassistida por tratamento de transtornos mentais e principalmente transtornos por uso de substâncias (L. Silva et al., 2021). Em Rondônia, região amazônica, os serviços de acesso público para tratar esses agravos se resumem aos CAPS I, II, álcool e drogas e infanto-juvenil e nas CTs masculinas, femininas ou mistas (Santos, 2018).

Esses serviços se mostram complexos, com resultados enfraquecidos pelos vários obstáculos estruturais e dificuldades em seus recursos físicos, humanos e terapêuticos (Diehl et al., 2011). No caso das CTs, além de muitas atuarem irregularmente e não disporem de propostas terapêuticas consistentes, são comuns as denúncias de violações de direitos, como exemplo contido no Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas – 2017 (CFP et al., 2018; P. Silva, 2021). A situação legal desses serviços contrasta com a iniciativa, em nível mundial, que busca melhoria dos resultados e qualidade da assistência, propondo uso de intervenções baseadas em evidência científica (Diehl et al., 2011; Labate et al., 2009).

Desde a última década do século XX, observa-se crescente interesse do meio científico sobre os efeitos terapêuticos dos psicodélicos para diferentes quadros em saúde mental. Ensaios clínicos randomizados, alguns finalizados e outros em curso, têm demonstrado resultados que apontam para a segurança e eficácia desses compostos no tratamento da ansiedade (Gasser et al., 2014; Grob et al., 2011), transtorno de estresse pós-traumático (Mithoefer et al., 2018), autismo (Danforth et al., 2018), anorexia (Foldi et al., 2020), dependência química (Garcia-Romeu et al., 2019; Johnson et al., 2017; Krebs & Johansen, 2012; Labate et al., 2009; Souza & Martins, 2020) e depressão (Osório et al., 2015). Os efeitos adversos mínimos e os protocolos, que incluem uma ou poucas doses de psicodélicos, são algumas das especificidades que confrontam os tratamentos psicofarmacológicos atualmente considerados eficazes (Greenway et al., 2020).

Nos últimos anos, a Food and Drug Administration (FDA, 2023), agência reguladora do governo dos Estados Unidos da América responsável por proteger a saúde pública, garantir a eficácia e a segurança de medicamentos humanos, dentre outras ações, estimulou estudos que alinharam medicamentos à psicoterapia e concedeu aprovação acelerada e título de terapia inovadora a

tratamentos experimentais que envolvem psicoterapia assistida por alguns psicodélicos (psilocibina e 3,4-metilenodioximetanfetamina [MDMA]), devido aos seus potenciais terapêuticos em comparação com os tratamentos convencionais existentes (Greenway et al., 2020).

De modo geral, os protocolos empregados nas pesquisas atuais com terapia assistida por psicodélicos apresentam particularidades e resgatam conceitos relevantes da atenção de forma integral à pessoa, levando a um cuidado rigoroso com aspectos que envolvem desde o ambiente (Setting), as expectativas e as condições individuais (Sett) até a segurança na finalização do tratamento. Ademais, são valorizadas três etapas, quais sejam: a preparação, a sessão de administração da droga e a integração (Greenway et al., 2020; Gukasyan & Nayak, 2022; Johnson et al., 2008).

A cetamina, o MDMA e a psilocibina foram incorporadas recentemente na realidade clínica, em cenários ainda restritos. A primeira é um medicamento usado para fins anestésicos e inovou o arsenal de tratamentos psiquiátricos que, por anos, se mantinha estagnado; em 2019, a FDA aprovou o uso de cetamina para ações terapêuticas, sob condições de dose limitada, comprometendo-se com o monitoramento dos pacientes durante e após a aplicação do medicamento com intuito de garantir sua segurança e eficácia (Brasil, 2021; Carvalho, 2023; Haridy, 2023).

Em uma corrida contra o tempo, considerando as graves consequências dos transtornos mentais e sua incidência aumentada no contexto global, a Austrália é o primeiro país no mundo a anunciar a prescrição de MDMA e psilocibina para tratamento de transtorno de estresse pós-traumático e depressão como alternativa às opções tradicionais. Essas drogas foram reconhecidas como via experimental possível depois de vários estudos científicos ainda que tenham suas histórias carregadas de opiniões contrárias, culturas e crenças diversas. O governo australiano, considerado precipitado por muitos, assumiu a responsabilidade por romper a barreira por anos construída (Haridy, 2023).

As políticas sobre drogas passam por uma reavaliação conceitual com tendência à legalização e à regulamentação impulsionada pela crise contemporânea na saúde mental, pelos debates da sociedade civil organizada e pelos inúmeros resultados de estudos por anos minimizados (Zolotov et al., 2018). Simultaneamente, as pesquisas com drogas psicodélicas vêm ganhando notoriedade na ciência e nas mídias sociais fazendo parte da realidade como um tratamento, ganhando outro status na concepção dos indivíduos (Inserra et al., 2021). Essa transformação tem potencial para direcionar mudanças nas atitudes da população e dos profissionais, lançando mão do estigma para uma visão mais aberta, positiva e descriminalizante dos recursos naturais (Zolotov et al., 2018).

A fim de que toda essa mudança seja sedimentada na sociedade e expandida para saúde, primordialmente há que se reconhecer a opinião dos profissionais acerca do tema, conduzindo investigações com o propósito de compreender e criar estratégias para que o conhecimento científico

seja difundido e, a partir de então, obter opiniões e atitudes de aceitação a respeito da utilização de drogas psicodélicas como adjuvante terapêutico (Page et al., 2021).

No tocante às percepções dos profissionais de saúde sobre a terapia assistida por psicodélicos, um estudo (Reynolds et al., 2021) investigou uma amostra composta por uma equipe multiprofissional oncológica e concluiu que há hesitação, porém com certa abertura, dos profissionais à ideia de utilizar a terapia assistida por psicodélicos em pacientes com câncer avançado. A ausência de opções eficazes de tratamento e o desejo em atenuar o sofrimento humano parecem estar relacionados à abertura e a preocupações com a segurança do paciente, fortalecendo a importância de estudos rigorosos como elemento para sanar as incertezas desses profissionais.

Quanto à aceitabilidade da terapia assistida por psicodélicos, uma pesquisa com psiquiatras do Reino Unido apontou que 77,2% desses apresentam uma postura menos negativa, reconhecem que há propriedades terapêuticas nos psicodélicos e que podem ser utilizados com controle específico (Page et al., 2021). Já entre os universitários americanos, 82,6% afirmaram que o valor medicinal dessas substâncias deve ser testado (Wildberger et al., 2017). Um levantamento com psicólogos(as) dos Estados Unidos descreveu atitudes cautelosamente favoráveis em relação ao uso terapêutico de experiências psicodélicas e apontou que esses profissionais nutrem preocupações com possíveis riscos psiquiátricos e neurocognitivos (Davis et al., 2022). Esse mesmo estudo concluiu que a maioria dos participantes afirmaram possuir pouca compreensão do conjunto de efeitos dos psicodélicos e que precisariam procurar informações adicionais, endossaram crenças positivas acerca do potencial terapêutico dessas drogas e a necessidade de mais pesquisas. Uma outra pesquisa com pacientes atendidos em um serviço de saúde mental demonstrou que 72% admitiam o valor medicinal da psilocibina e 59% acreditavam que ela deveria ser um tratamento médico (Corrigan et al., 2021).

O caminho para o estabelecimento de novas formas eficazes de intervenção e para consolidação de práticas entre os profissionais que atuam na área é a valorização e o incentivo da pesquisa científica, conscientizando os profissionais que os dados obtidos em estudos podem servir como subsídio para tomadas de decisões, na definição de políticas e no planejamento em saúde (Paula et al., 2019). Para tanto, é relevante conhecer as atitudes desses profissionais acerca do uso de substâncias psicodélicas como parte dos recursos terapêuticos nessa área de atuação. Diante disso, esta pesquisa teve como objetivo mostrar dificuldades e desafios encontrados durante o processo de recrutamento e coleta de dados de participantes para um estudo sobre as atitudes de gestores e profissionais acerca do uso de drogas psicodélicas na atenção à saúde mental.

## Método

Este estudo consiste em uma análise do diário de campo, decorrente do projeto de pesquisa de mestrado acadêmico, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de

Rondônia (UNIR), sob o parecer número 5.241.459 e CAAE número 54103121.8.0000.5300 no ano de 2022.

A amostra da referida pesquisa de mestrado foi constituída por trabalhadores de CTs e CAPS do estado de Rondônia, Brasil, com os seguintes critérios de inclusão: ser maior de 18 anos, ser gestor, diretor ou responsável direto do dispositivo de saúde (no caso dos gestores) e ser profissional que compõe a equipe de atendimento aos pacientes desses dispositivos, independentemente do nível de escolaridade que possui (no caso dos demais profissionais). Foram excluídos profissionais com experiência em atendimento de saúde mental inferior a 1 ano.

Os dados do presente artigo foram coletados durante o recrutamento de participantes para a pesquisa de mestrado acadêmico. O contato inicial foi possibilitado por meio de listas contendo os contatos dos CAPS e CTs encaminhadas pela Secretaria Estadual de Saúde de Rondônia (SESAU-RO) e pelo Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (CONEPOD-RO). Durante todo o processo de recrutamento, foi mantido um diário de campo com anotações acerca das reuniões online, inicialmente, com os responsáveis pelos locais onde se buscou anuência institucional e, posteriormente, com os potenciais participantes da pesquisa (gestores e profissionais). Neste diário, foram escritas as narrativas que compreenderam o impacto da apresentação do tema de pesquisa sobre drogas psicodélicas, expectativas dos responsáveis pelas instituições e serviços, expressões do cotidiano de experiências de cada indivíduo e da representação do seu local de trabalho.

Inicialmente, as informações do diário de campo do pesquisador que atuou no recrutamento e na coleta de dados passaram por uma leitura, revisão e organização temática. O material foi organizado de forma cronológica, conforme os acontecimentos metodológicos da pesquisa (obtenção de anuência institucional, recrutamento e adesão à pesquisa, coleta de dados e aplicação dos questionários), que foram consideradas unidades de contexto. Os relatos expressos no diário de campo foram lidos, organizados, integrados e interpretados, conforme as fases da análise de conteúdo (Bardin, 2004; Oliveira, 2008).

## **Resultados**

As anotações do diário de campo foram organizadas em uma categoria temática central única: “Dificuldades e desafios encontrados em uma pesquisa sobre atitudes de gestores e profissionais acerca do uso de drogas psicodélicas na atenção à saúde mental”, a partir da qual foram derivadas três unidades de contexto: 1) *Processo de obtenção da anuência institucional*, 2) *Recrutamento e adesão à pesquisa* e 3) *Coleta de dados e aplicação dos questionários*.

### **Processo de obtenção da anuência institucional**

Nessa unidade de contexto, foram identificados desafios para efetivação dessa fase e o primeiro foi a desatualização dos telefones informados pela SESAU-RO e CONEPOD-RO, fato que

também foi detectado nas páginas oficiais das prefeituras. As estratégias empregadas para contatar potenciais participantes para a pesquisa resultaram no encaminhamento do termo de anuência institucional a 17, das 21 unidades de CAPS informados pela SESAU-RO e para 46, das 47 CTs informadas pelo CONEPOD-RO. Depois de exaustivos contatos com os gestores desses serviços para obtenção de anuência institucional, nove unidades dos CAPS forneceram anuência para a pesquisa e oito unidades não responderam ao chamamento. Com relação às CTs, 18 unidades atenderam aos contatos e forneceram anuência institucional para pesquisa, uma não concordou em fornecer e as outras 27 não se manifestaram.

Quanto ao acesso inicial aos gestores do grupo CAPS, as dificuldades constatadas foram as seguintes: “*problemas nas linhas telefônicas*”; “*não possuir telefone fixo, nem celular*”; ou o “*telefone informado estava incorreto*”. Para aqueles com quem foi possível o estabelecimento de contato telefônico, a pesquisadora anotou a dificuldade dos gestores em “*atender os telefonemas ou de se estabelecer outra forma de comunicação (por exemplo, e-mail)*”. Um exemplo desses entraves pode ser percebido na seguinte anotação no diário de campo: “*Consegui o contato do telefone pessoal do diretor do CAPS com a prefeitura, porém ele não respondeu às mensagens pelo WhatsApp e não atendeu a ligação.*” Ainda foram relatadas percepções de “*alta rotatividade de gestores e equipe nos CAPS*” e a “*escassez de equipe multiprofissional completa vinculada*”.

Durante o diálogo inicial com as CTs, foram assinaladas as seguintes percepções: “*dificuldade dos dirigentes em compreender a importância da pesquisa científica*”; “*dificuldades no preenchimento dos formulários online, mesmo sendo oferecido suporte*”; “*resistência quanto à importância do tema para saúde mental*”. Foi observado ainda que, de modo geral, as CTs são dirigidas por pastores evangélicos e que esses expressaram opiniões sobre o tema de pesquisa, registrada na seguinte fala: “*O pastor afirmou que não trata com remédios, somente com a bíblia*”. Há uma variedade de denominações religiosas que dirigem CTs no estado de Rondônia e, entre os dirigentes, existem os que emitiram falas contrárias a tratamentos com auxílio de drogas, como: “*não concordam em tratar dependência de drogas com outra droga*”.

No entanto, buscam nos CAPS um apoio de forma complementar aos métodos adotados pelas CTs, como foi observado nas falas: “*O dirigente da CT afirma que leva seus internos ao CAPS para serem atendidos e medicados quando necessário*”. Outro relato diz: “*A dirigente da CT informa que trabalha em parceria com o CAPS e todos os internos ao serem admitidos passam por avaliação e acompanhamento do CAPS*”. Também foram registradas falas sobre a situação legal das CTs: “*O pastor responsável pela CT se negou a responder a pesquisa, informou que a situação da CT ainda não estava regularizada, por isso não gostaria de responder [...]*”.

### **Recrutamento e adesão à pesquisa**

Essa etapa foi caracterizada pela comunicação com os diretores e gestores das instituições que emitiram anuênciam institucional para pesquisa e pela obtenção dos contatos pessoais dos trabalhadores desses espaços. Alguns gestores se recusaram a disponibilizar os contatos pessoais dos trabalhadores sob sua direção e assumiram a responsabilidade em repassar o *link* da pesquisa contendo todas as informações. O convite para participar da pesquisa foi encaminhado, entre 2 e 5 vezes, para os telefones fornecidos pelos dirigentes ou no contato dos gestores que não disponibilizaram os contatos dos trabalhadores. O contato com os profissionais foi realizado, por meio de telefonema ou vídeo chamada, individualmente e, ao fazer o convite, a pesquisadora apresentou os objetivos do estudo e fez uma breve explanação dos procedimentos. As estratégias de recrutamento empregadas possibilitaram alcançar uma amostra de 36 participantes.

As dificuldades encontradas durante o recrutamento foram: “ausência de equipe multiprofissional”; “equipe composta exclusivamente por voluntários”; “diretor que não repassou os contatos dos profissionais” ou “se comprometeu em encaminhar a pesquisa e não encaminhou”. Nesses últimos casos, dirigentes verbalizaram que: “não divulgaram a pesquisa por medo de onerar mais os voluntários”; e houve também “diretores que estabeleceram exigências documentais (projeto, aprovação em comitê de ética, protocolos administrativos na prefeitura, etc.)”; “profissionais que não responderam aos contatos de recrutamento”; “profissionais que concordaram verbalmente em participar da pesquisa e não concretizaram o preenchimento dos formulários online”.

Além desses fatores, existem outros que podem ter desencorajado a adesão à pesquisa, a exemplo da dificuldade em considerar os transtornos por uso de substâncias como um transtorno mental, registrado em uma fala de um possível participante no diário de campo: “Não trabalhamos com transtornos mentais, somente com dependência química”.

### **Coleta de dados e aplicação dos questionários**

Nessa etapa, foi efetivado o preenchimento dos formulários encaminhados àqueles profissionais e gestores que concordaram em participar da pesquisa. Em resposta às estratégias de recrutamento, 19 participantes que trabalhavam em CTs e 17 que trabalhavam em CAPS completaram o preenchimento do formulário *online* e compuseram a amostra.

As anotações da pesquisadora destacaram suas impressões ao manter diálogo com os participantes; estas falas foram categorizadas por semelhança. Entre os temas estão as expressões que remetem ao desconhecimento sobre o assunto pesquisado: “expressou muitas dúvidas sobre os psicodélicos e confundiu-se com outras drogas”; “expressou falta de conhecimento, relatou que a pessoa fica doidão.” Outra anotação que indica a falta de conhecimento dos respondentes foi: “expressou não conhecer as drogas psicodélicas, mas se mostrou aberta à possibilidade” e “Já conhecia sobre a ayahuasca e fez uso em ritual religioso, porém não sabia que ayahuasca era um psicodélico.”

Outro registro foi a existência de certa objeção com relação ao uso terapêutico dos psicodélicos entre os indivíduos pesquisados, a saber: “*Mostrou relutância com relação às drogas psicodélicas, informou que já conhece uma CT no Paraná que professa fé católica e usa psicodélico com bom resultado, porém não acredita*” ou ainda: “*Expressou não concordar com uso de drogas para tratar dependência.*”

O seguinte recorte apresenta um conjunto de ideias que, embora representem a fala de um indivíduo, pode subsidiar o entendimento do grupo ao qual ele participa:

Relata que atua há 25 anos na assistência à dependência química e conhece o chá do “*Mariri*”, que tem um amigo que fez uso por anos que desenvolveu problemas hepáticos, gástricos e já passou por inúmeras cirurgias, que o “*Mariri*” é mais forte que a maconha, é muito viciante. Disse que é contra o uso dos psicodélicos e irá mobilizar outros dirigentes de CTs para responder a pesquisa negativamente.

Outro ponto identificado foi a fragmentação e a fragilidade dos serviços de saúde mental do estado de Rondônia. A fala que segue exemplifica entraves para a efetivação de políticas ou intervenções em saúde mental no Estado e pode ser considerada como um dos fatores que interferiram na adesão à pesquisa: “*Informou ter dificuldade com discussões em grupo na área de saúde mental com outros profissionais dos CAPS [...]*” e “*foi utilizado o método bola de neve para contactar o máximo de diretores dos CAPS do Estado, porém os próprios diretores relataram não possuir uma boa comunicação e integração entre os CAPS, trabalhando muitas vezes de forma isolada e individualizada.*” O CAPS é incorporado na RAPS como parte elementar de um conjunto de serviços que prestam cuidado em saúde mental e foi percebida, em diversos contatos, a falta de articulação dessas unidades.

## **Discussão**

A sistematização e a análise das informações do diário de campo possibilitaram a identificação de algumas das dificuldades e dos desafios encontrados na obtenção de participantes para uma pesquisa sobre o uso de drogas psicodélicas na atenção à saúde mental. Os principais achados deste estudo mostraram que os meios de contato fornecidos por órgãos do estado de Rondônia estavam desatualizados e a ausência de equipe multiprofissional completa tanto no CAPS como na CT. Tais fatores podem ter impactado a adesão à pesquisa e o comprometimento com o preenchimento do formulário *online*. Observou-se ainda expressão de relutância em relação ao tema pesquisado, o não reconhecimento dos transtornos por uso de substâncias como transtorno mental e, em linhas gerais, o desconhecimento sobre o potencial terapêutico das drogas psicodélicas como fatores com grande potencial para influenciar na adesão ou não à pesquisa.

Quanto ao acesso aos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) e outros que atuam ligados à RAPS, os resultados sugerem haver falha no nível básico de acesso, dada a desatualização dos contatos telefônicos dos CAPS e CTs, endereços institucionais e *e-mails* constantes nos documentos fornecidos por órgãos oficiais do Estado. Segundo Merçom e Constantinidis (2020), os órgãos responsáveis devem manter a atualização desses dados e a disponibilização entre os serviços, rede de saúde e usuários.

Mesmo com a forte inserção dos meios remotos ou digitais como estratégias de acesso da população aos serviços de saúde e dos pesquisadores que, impedidos de visitar os campos para coletar dados, inovaram com ferramentas *online* para execução de pesquisas durante o período pandêmico pela COVID-19 (Nitahara, 2021), foram observados, principalmente nas CTs, a dificuldade com manuseio dos recursos *online* e o pouco envolvimento no preenchimento do instrumento, entre outras circunstâncias que podem ter desmotivado a adesão à pesquisa.

A ausência de equipe multiprofissional completa vinculada em ambos os dispositivos de saúde foi citada no diário de campo e pode ser consequência da alta rotatividade desses gestores e das equipes, além de adesão expressiva de voluntários no trabalho no caso das CTs. Essas situações podem ter influenciado negativamente na disposição dos gestores e profissionais em responder a pesquisa, pois há um *continuum* de profissionais iniciando sem capacitação e qualificação, sem vínculo e engajamento com os usuários e a equipe, o que refletirá em perdas tanto para a população quanto para os gestores (Gil, 2006).

É de extrema importância a composição e a consolidação de uma equipe multidisciplinar mínima nesses dispositivos, o que corresponde à reforma psiquiátrica (Quintas & Tavares, 2020). Os CAPS representam uma referência de atenção psicossocial de média complexidade, que atua de forma substitutiva do modelo manicomial, em que a essência de seu atendimento está na união de variados saberes de forma multiprofissional e interdisciplinar (Albuquerque et al., 2020). Seu modelo de atenção é organizado para acolher o usuário do SUS de portas abertas, com abordagem comunitária e base territorial, pautado em evidência científica (Vasconcelos et al., 2018).

Mesmo com toda trajetória, os CAPS enfrentam problemas que limitam suas práticas e esse fato também pode estar relacionado à baixa adesão a esta pesquisa e ao pouco comprometimento no preenchimento dos instrumentos. Para Merçom e Constantinidis (2020), alguns problemas são: demandas de trabalho exaustivas, posicionamento profissional divergente dos pressupostos biopsicossociais, condições de trabalho incompatíveis com a proposta psicossocial, dificuldades em acompanhar o avanço das políticas do SUS, falta de estrutura e de recursos materiais e humanos. Tal realidade enfraquece o serviço e causa sentimentos de incapacidade e descontentamento nos profissionais.

As CTs necessitam de organização mínima de pessoal estabelecida na Resolução n. 01/2015 do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD). São consideradas organizações da sociedade civil de interesse público e direito privado, funcionam com princípios ligados aos determinantes do contexto econômico, político e ideológico, apresentam um modelo de cuidado predominantemente sustentado na religião, valorizando as práticas espirituais, desde que combinando-as ao conhecimento técnico-científico, com atenção a conceitos da medicina, psicologia e socioassistenciais (Santos, 2018; L. Silva et al., 2021; Vasconcelos et al., 2018). Os propósitos para sua existência estão baseados no princípio da remodelação dos hospitais psiquiátricos, compreendendo a descentralização dos papéis e atuação profissional com objetivo central à ressocialização (Damas, 2013; Quintas & Tavares, 2020). No entanto, existem relatos de que essas instituições atuam de forma controversa e, não rara, iatrogênica (CFP et al., 2018).

Tanto os CAPS, como as CTs, atravessam impasses entre o modelo adotado e a execução prática de suas atividades, fato que pode ter desencorajado a participação na pesquisa e desfavorece o entendimento da importância em colaborar com estudos, visto que as informações geradas têm utilidade na criação de ferramentas para o estabelecimento de parâmetros diagnósticos e intervenções clínicas adequadas (Guimarães et al., 2016). Nesse sentido, Guimarães et al. (2016) buscaram entender os motivos para recusa em participar de pesquisa científica e apontaram como principais causas: não ter disponibilidade de tempo para participação da programação proposta e insegurança quanto à quebra de sigilo.

A discussão levantada por Paula et al. (2019) indica a resistência dos serviços de saúde em acolher pesquisadores em suas unidades ou de realizar um trabalho conjunto com o meio acadêmico. Alguns profissionais de saúde hesitam em participar de pesquisas, pois temem que seu trabalho seja exposto e que sua forma de atuação seja confrontada, além de onerar o fluxo dos serviços, a produtividade e os números de atendimentos/procedimentos realizados. Esse mesmo estudo apontou que isso pode gerar expectativas e atitudes negativas, especialmente nos serviços de atendimento público que, muitas vezes, não oferecem as condições necessárias para o desenvolvimento do projeto terapêutico preconizado pelas políticas públicas.

Outro ponto registrado no diário de campo, a ser discutido no presente estudo, foi a divergência quanto ao conceito de transtorno mental. As concepções apresentadas podem ter relação com suas crenças mais profundas regadas pela imposição da sociedade. Nesse sentido, estudos (Pacheco & Scisleski, 2013; Silveira et al., 2011) exploraram o estigma social desse agravo e abordaram que é uma tendência, tanto da população como de profissionais de saúde, tratar abuso de substâncias com abordagem moral, culpabilizando o indivíduo pela sua condição de saúde e esperando que ele próprio seja o responsável pela sua recuperação. Essa lógica implica prejuízos no acolhimento e no

tratamento dos sujeitos acometidos pelos transtornos por uso de substâncias ou outro transtorno mental. É possível que essa atitude de diferenciar os transtornos por uso de substâncias dos outros transtornos mentais tenha contribuído para a baixa adesão à pesquisa.

Mesmo com os avanços no diagnóstico e nos cuidados do indivíduo que sofre consequências por uso de drogas, ainda há resquícios do modelo moralista e reducionista, norteando a concepção e atuação de muitas pessoas (Araújo & Laranjeira, 2017). Percebe-se a necessidade de divulgação de informações atualizadas entre os profissionais que atuam nesse campo e a valorização da pesquisa científica para criação de alternativas eficazes de tratamento que vão além da abstinência (como ocorre nas CTs). Conforme Ribeiro e Laranjeira (2010), o tratamento deve incluir: diminuição do uso, redução de danos, melhorias na qualidade de vida, manutenção da saúde e convívio social, resguardando a singularidade do indivíduo.

No Brasil, o perfil das CTs, traçado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017), como instituições muito ligadas à religiosidade corrobora os achados de Silva et al. (2018) que demonstraram que o modelo socioassistencial consolidado nas CTs do município de Porto Velho, em sua maioria, possui uma abordagem moralista e com métodos religiosos no tratamento para transtornos por uso de substâncias. Em consonância com os registros deste estudo, tais instituições também não estão em situação regular diante das normas. A despeito disso, salienta-se que as declarações quanto às drogas psicodélicas no estado de Rondônia podem sofrer influência das questões culturais e religiosas marcantes na região.

A falta de conhecimento foi observada nos relatos que compõem este estudo. Nesse sentido, cita-se a pesquisa realizada por Žuljević et al. (2022) que abordou as atitudes sobre psicodélicos entre os croatas, revelando conhecimento mínimo sobre o tema e equívocos dos participantes ao classificar algumas substâncias como psicodélicas. Esses autores relataram altos índices de desistência no preenchimento do teste de conhecimento. Além da falta de conhecimento, foi notada certa resistência com relação à temática. Esse é um tópico tratado por autores da vanguarda dos estudos com drogas psicodélicas, referindo que o conservadorismo e a pré-concepção dos profissionais podem ser um obstáculo para efetivação de tratamentos com resultados promissores (Lobo, 2022).

Dentre os desafios para adesão à pesquisa, destaca-se o compartilhamento de crenças evocadas como verdades absolutas que podem induzir as respostas dos participantes ou do grupo (Beserra et al., 2021). A taxa de resposta, tanto na anuência institucional quanto na efetiva adesão de voluntários à pesquisa, aponta que profissionais e gestores, de CTs e dos CAPS, apresentaram pouca disponibilidade em participar de uma pesquisa com a temática proposta. A recusa em participar de estudos científicos deve ser respeitada e, no Brasil, está resguardada na Resolução CNS 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (Conselho Nacional de Saúde, 2012). Mesmo que a decisão de não

participar seja danosa aos estudos, conhecer os fatores relacionados a essa decisão é importante para o aprimoramento de estratégias de recrutamento de participantes.

Todo o desenvolvimento da pesquisa e os levantamentos realizados possibilitaram o entendimento de que Rondônia possui um crescimento acentuado de instituições que se intitulam CT em detrimento dos CAPS. O presente estudo identificou 47 CTs no estado, o que representa um aumento de 293,7% em comparação com os dados do IPEA, que havia contabilizado 16 CTs no ano de 2017. Com relação aos CAPS, foram identificadas 21 unidades e, apesar dos esforços para abranger todas as unidades informadas, o total de CAPS que efetivamente possuíam informações nos meios oficiais e condições mínimas de acesso, como contato telefônico e/ou outro tipo de meio de comunicação, foram 17 (80,8%).

Considerando a extensão territorial do estado, os vários problemas de acesso a esses serviços e o crescente aumento da demanda de saúde mental pós-pandemia, não é exagero afirmar que a população de Rondônia se encontra desassistida de serviços públicos especializados em saúde mental (CAPS) e que essas lacunas impulsionam a entrada de outras instituições (CTs) nesse eixo de atenção em saúde, que pode ser desvirtuado por interesses políticos (Bezerra, 2018). Quintas e Tavares (2020) ressaltam que interesses políticos, empresariais e da população concorrem para o reconhecimento das CT no SUS. Atualmente, o repasse de verbas públicas para CTs em prejuízo de investimentos nos CAPS é alvo de críticas (ABRAMD, 2023).

Além dos problemas experimentados para a realização da pesquisa, no Brasil, o pesquisador encontra um cenário de dificuldades e desafios que começam antes mesmo da saída para o campo. Nesse contexto de precarização da pesquisa no Brasil, Souza et al. (2020) destacam a escassez de recursos, o excesso de burocracia, a ausência de equipe de pesquisadores auxiliares, pesquisadores sobrecarregados em várias funções, deficiência de infraestrutura para pesquisa, pouca interação entre pesquisadores e instituições parceiras e pesquisas que não atendem às demandas da sociedade.

### **Considerações Finais**

As dificuldades e os desafios encontrados durante o processo de recrutamento e coleta dos dados apontaram que a desatualização de dados cadastrais dos serviços, a alta rotatividade dos profissionais e gestores, a resistência quanto ao tema pesquisado e a falta de conhecimento somadas à sobrecarga de trabalho, à precariedade dos serviços e ao pouco interesse dos trabalhadores da saúde mental em responder às pesquisas são alguns dos fatores que explicariam a baixa adesão de participantes ao estudo. Os registros do diário de campo possibilitaram a identificação de algumas das barreiras explicitadas para a não adesão à pesquisa. As percepções registradas permitiram a elaboração de observações críticas relacionadas à vivência no momento do recrutamento e da coleta de dados.

Os resultados apresentados precisam ser interpretados à luz das limitações metodológicas do presente estudo. Em virtude das restrições sanitárias em vigor no período do contato com os CAPS e as CTs, todo processo de recrutamento foi realizado por telefone ou por meio de videoconferência e isto também pode ter impactado os resultados descritos. Ademais, os resultados das narrativas não conseguem expor de forma ampla e abrangente a totalidade da experiência vivenciada. As anotações e registros foram organizados, analisados e discutidos *a posteriori*. Também merecem atenção especificidades do conhecimento popular e cultura religiosa, particularmente, as ayahuasqueiras, que compõem a história desse estado, que podem influenciar o conhecimento e as atitudes dos profissionais em relação ao uso de psicodélicos para fins terapêuticos.

Ao descrever algumas das dificuldades e barreiras encontradas no processo de recrutamento de profissionais e gestores da área da saúde para participarem de uma pesquisa, o presente estudo apresenta informações que podem subsidiar o planejamento de outras pesquisas e a criação de estratégias de recrutamento mais efetivas.

### **Referências Bibliográficas**

- Albuquerque, C. S., Azevedo, E. E. B. de, & Aquino, J. E. F. de. (2020). Pacote anticrime e nova lei de drogas: fascistização neoliberal e gestão dos indesejáveis. *Serviço Social em Debate*, 3(2), Artigo 2. Recuperado de <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/4921>
- Araújo, M. R. de, & Laranjeira, R. (2017). Evolução do conceito de dependência [atualizada, com comentários sobre o DSM-5]. In A. Gigliotti & A. Guimarães (Org.). *Dependência, adição, compulsão e impulsividade (no prelo)* (1a. ed.). Rubio. Recuperado de <https://www.researchgate.net/publication/283277043>
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo* (3a. ed.). Edições 70.
- Beserra, F. R., Rodrigues, S. E., & Monteiro, D. (2021). Uso terapêutico de psicodélicos: por uma perspectiva latino-americana. *Platô: drogas & políticas*, 5. Recuperado de <https://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2021/12/P5-PLATO-5-FINAL-DIGITAL-3-compressed.pdf>
- Bezerra, I. C. (2018). *Saúde mental e comunidades terapêuticas no DF: entre a capina e a oração* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade de Brasília]. Recuperado de <https://bdm.unb.br/handle/10483/27683>
- Brasil. (2021). *Huol-UFRN oferta tratamento para depressão resistente à medicação*. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Recuperado de <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-nordeste/huol-ufrn/comunicacao/noticias/huol-ufrn-oferta-tratamento-para-depressao-resistente-a-medicaca>
- Braun, J. (2023). *Como ‘vazio legal’ impulsiona consumo e venda de cogumelos psicodélicos no Brasil*. G1. Recuperado de <https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/05/07/como-vazio-legal-impulsiona-consumo-e-venda-de-cogumelos-psicodelicos-no-brasil.ghml>
- Carvalho, P. (2023). As clínicas paulistanas que usam psicodélicos para tratar depressão grave. *Veja São Paulo*. Recuperado de <https://vejasp.abril.com.br/cidades/terapia-psicodelica-cetamina-clinicas-sp-depressao>
- Congresso Internacional da ABRAMD sobre a ética na pluralidade dos saberes e dos fazeres sobre drogas*, 9 (2023). Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos Sobre Drogas. Universidade de Brasília.

Conselho Nacional de Saúde. (2012). Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012: aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Recuperado de <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>

Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas (Brasil). Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015. Regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa, caracterizadas como comunidades terapêuticas. *Diário Oficial da União*. 28 ago. 2015. Recuperado de [https://www.in.gov.br/materia-/asset\\_publisher/Kujrw0TzC2Mb/content/id/32425953/do1-2015-08-28-resolucao-n-1-de-19-de-agosto-de-2015-32425806](https://www.in.gov.br/materia-/asset_publisher/Kujrw0TzC2Mb/content/id/32425953/do1-2015-08-28-resolucao-n-1-de-19-de-agosto-de-2015-32425806)

Conselho Federal de Psicologia; Mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão / Ministério Público Federal. (2018). *Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas – 2017*. CFP. Recuperado de [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Relatorio-da-inspecao-nacional-em-comunidades-terapeuticas\\_web.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Relatorio-da-inspecao-nacional-em-comunidades-terapeuticas_web.pdf)

Corrigan, K., Haran, M., McCandliss, C., McManus, R., Cleary, S., Trant, R., Kelly, Y., Ledden, K., Rush, G., O’Keane, V., & Kelly, J. R. (2021). Psychedelic perceptions: Mental health service user attitudes to psilocybin therapy. *Irish Journal of Medical Science*, 1-13. Recuperado de <https://doi.org/10.1007/s11845-021-02668-2>

Damas, F. B. (2013). Comunidades terapêuticas no Brasil: expansão, institucionalização e relevância social. *Rev. Saúde Pública St. Catarina*, 50-65.

Davis, A. K., Agin-Liebes, G., España, M., Pilecki, B., & Luoma, J. (2022). Attitudes and Beliefs about the Therapeutic Use of Psychedelic Drugs among Psychologists in the United States. *Journal of Psychoactive Drugs*, 54(4), 309-318. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/02791072.2021.1971343>

Danforth, A. L., Grob, C. S., Struble, C., Feduccia, A. A., Walker, N., Jerome, L., Yazar-Klosinski, B., & Emerson, A. (2018). Reduction in social anxiety after MDMA-assisted psychotherapy with autistic adults: A randomized, double-blind, placebo-controlled pilot study. *Psychopharmacology*, 235(11), 3137-3148. Recuperado de <https://doi.org/10.1007/s00213-018-5010-9>

Davis, A. K., Agin-Liebes, G., España, M., Pilecki, B., & Luoma, J. (2022). Attitudes and Beliefs about the Therapeutic Use of Psychedelic Drugs among Psychologists in the United States. *Journal of Psychoactive Drugs*, 54(4), 309-318. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/02791072.2021.1971343>

Diehl, A., Cordeiro, D., Laranjeira, R., & Colaboradores. (2011). *Dependência Química: prevenção, tratamento e políticas públicas*. Artmed. Recuperado de <https://doi.org/10.13140/2.1.4894.0804>

DiVito, A. J., & Leger, R. F. (2020). Psychedelics as an emerging novel intervention in the treatment of substance use disorder: A review. *Molecular Biology Reports*, 47(12), 9791-9799. Recuperado de <https://doi.org/10.1007/s11033-020-06009-x>

Escobar, J. A., & Roazzi, A. (2010a). Substâncias psicodélicas e psilocibina. *Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos-NEIP*. Recuperado de [www.neip.info](http://www.neip.info)

Escobar, J. A. C., & Roazzi, A. (2010b). Panorama contemporâneo do uso terapêutico de substâncias psicodélicas: ayahuasca e psilocibina. *Neurobiologia*, 73(3), 159-172.

Fantegrossi, W. E., Murnane, K. S., & Reissig, C. J. (2008). The behavioral pharmacology of hallucinogens. *Biochemical Pharmacology*, 75(1), 17-33. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.bcp.2007.07.018>

Foldi, C. J., Liknaitzky, P., Williams, M., & Oldfield, B. J. (2020). Rethinking Therapeutic Strategies for Anorexia Nervosa: Insights From Psychedelic Medicine and Animal Models. *Frontiers in Neuroscience*, 14, undefined-undefined. Recuperado de <https://doi.org/10.3389/fnins.2020.00043>

- Garcia-Romeu, A., Davis, A. K., Erowid, F., Erowid, E., Griffiths, R. R., & Johnson, M. W. (2019). Cessation and reduction in alcohol consumption and misuse after psychedelic use. *Journal of Psychopharmacology (Oxford, England)*, 33(9), 1088-1101. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/0269881119845793>
- Garcia-Romeu, A., Kersgaard, B., & Addy, P. H. (2016). Clinical Applications of Hallucinogens: A Review. *Experimental and clinical psychopharmacology*, 24(4), 229-268. Recuperado de <https://doi.org/10.1037/ph0000084>
- Gasser, P., Holstein, D., Michel, Y., Doblin, R., Yazar-Klosinski, B., Passie, T., & Brenneisen, R. (2014). Safety and efficacy of lysergic acid diethylamide-assisted psychotherapy for anxiety associated with life-threatening diseases. *The Journal of Nervous and Mental Disease*, 202(7), 513-520. Recuperado de <https://doi.org/10.1097/NMD.0000000000000113>
- Gil, C. R. R. (2006). *Práticas profissionais em saúde da família: expressões de um cotidiano em construção* [Thesis]. Recuperado de <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/4480>
- Greenway, K. T., Garel, N., Jerome, L., & Feduccia, A. A. (2020). Integrating psychotherapy and psychopharmacology: psychedelic-assisted psychotherapy and other combined treatments. *Expert Review of Clinical Pharmacology*, 13(6), 655-670. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/17512433.2020.1772054>
- Grob, C. S., Danforth, A. L., Chopra, G. S., Hagerty, M., McKay, C. R., Halberstadt, A. L., & Greer, G. R. (2011). Pilot study of psilocybin treatment for anxiety in patients with advanced-stage cancer. *Archives of General Psychiatry*, 68(1), 71-78. Recuperado de <https://doi.org/10.1001/archgenpsychiatry.2010.116>
- Guimarães, N. S., Greco, D. B., Fausto, M. A., Kakehasi, A. M., Guimarães, M. M. M., & Tupinambás, U. (2016). Prevalência e motivos para recusar participação em pesquisa clínica. *Revista Bioética*, 24(2), Artigo 2. Recuperado de [https://revistabioetica.cfm.org.br/revista\\_bioetica/article/view/1081](https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/1081)
- Gukasyan, N., & Nayak, S. M. (2022). Psychedelics, placebo effects, and set and setting: Insights from common factors theory of psychotherapy. *Transcultural Psychiatry*, 59(5), 652-664. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/1363461520983684>.
- Haridy, R. (2023). Australia to prescribe MDMA and psilocybin for PTSD and depression in world first. *Nature*, 619(7969), 227-228. Recuperado de <https://doi.org/10.1038/d41586-023-02093-8>
- Inserra, A., De Gregorio, D., & Gobbi, G. (2021). Psychedelics in Psychiatry: Neuroplastic, Immunomodulatory, and Neurotransmitter Mechanisms. *Pharmacological Reviews*, 73(1), 202-277. Recuperado de <https://doi.org/10.1124/pharmrev.120.000056>.
- IPEA. (2017). *Perfil das Comunidades Terapêuticas Brasileiras* (Nota Técnica 21). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Recuperado de [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29865](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29865)
- Johnson, M. W., Richards, W., & Griffiths, R. (2008). Human hallucinogen research: Guidelines for safety. *Journal of Psychopharmacology*, 22(6), 603-620. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/0269881108093587>.
- Johnson, M. W., Garcia-Romeu, A., & Griffiths, R. R. (2017). Long-term Follow-up of Psilocybin-facilitated Smoking Cessation. *The American journal of drug and alcohol abuse*, 43(1), 55-60. Recuperado de <https://doi.org/10.3109/00952990.2016.1170135>.
- Krebs, T. S., & Johansen, P.-Ø. (2012). Lysergic acid diethylamide (LSD) for alcoholism: Meta-analysis of randomized controlled trials. *Journal of Psychopharmacology (Oxford, England)*, 26(7), 994-1002. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/0269881112439253>.

- Labate, B., dos Santos, R., Anderson, B., Mercante, M., César, P., & Ribeiro Barbosa, P. C. (2009). Considerações sobre o tratamento da dependência por meio da ayahuasca. *Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos – NEIP*.
- Lobo, F. (2022). *Os psicodélicos vão revolucionar a psiquiatria?* Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade. Recuperado de <http://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/291-os-psicodelicos-vao-revolucionar-a-psiquiatria>.
- Machado, L. (2020). *Brasileiros que estudam drogas psicodélicas para tratar depressão e dependência química.* Época. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/epoca/sociedade/brasileiros-que-estudam-drogas-psicodelicas-para-tratar-depressao-dependencia-quimica-24634540>.
- Merçom, L. N., & Constantinidis, T. C. (2020). Processos de trabalho e a saúde mental dos trabalhadores nos CAPS: uma revisão integrativa. *Contextos Clínicos*, 13(2), 666-695. Recuperado de <https://doi.org/10.4013/ctc.2020.132.14>.
- Ministério da Cidadania. (2019). *Curso Compacta: capacitação de monitores e profissionais de Comunidades Terapêuticas.* Recuperado de [https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes-1/desenvolvimento-social/23102020\\_senapred\\_compacta.pdf](https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes-1/desenvolvimento-social/23102020_senapred_compacta.pdf). Secretaria Nacional de cuidados e prevenção às Drogas (SENAPRED) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- Ministério da Saúde. (1998). Portaria nº 344, 12 de maio de 1998: aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Recuperado de [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344\\_12\\_05\\_1998\\_rep.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html).
- Mithoefer, M. C., Mithoefer, A. T., Feduccia, A. A., Jerome, L., Wagner, M., Wymer, J., Holland, J., Hamilton, S., Yazar-Klosinski, B., Emerson, A., & Doblin, R. (2018). 3,4-methylenedioxymethamphetamine (MDMA)-assisted psychotherapy for post-traumatic stress disorder in military veterans, firefighters, and police officers: A randomised, double-blind, dose-response, phase 2 clinical trial. *The Lancet. Psychiatry*, 5(6), 486-497. Recuperado de [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(18\)30135-4](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(18)30135-4).
- Nichols, D. E. (2004). Hallucinogens. *Pharmacology & Therapeutics*, 101(2), 131-181. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.pharmthera.2003.11.002>.
- Nitahara, A. (2021). Estudo mostra que pandemia intensificou uso das tecnologias digitais. *Agência Brasil*. Recuperado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-11/estudo-mostra-que-pandemia-intensificou-uso-das-tecnologias-digitais>
- Nutt, D., Erritzoe, D., & Carhart-Harris, R. (2020). Psychedelic Psychiatry's Brave New World. *Cell*, 181(1), 24-28. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.cell.2020.03.020>.
- Oliveira, D. C. (2008). Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização, 16(4), 569-576.
- Osório, F. de L., Sanches, R. F., Macedo, L. R., Santos, R. G. dos, Maia-de-Oliveira, J. P., Wichert-Ana, L., Araujo, D. B. de, Riba, J., Crippa, J. A., & Hallak, J. E. (2015). Antidepressant effects of a single dose of ayahuasca in patients with recurrent depression: A preliminary report. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 37(1), 13-20. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2014-1496>.
- Pacheco, A. L., & Scisleski, A. (2013). Vivências em uma comunidade terapêutica. *Revista Psicologia e Saúde*, 5(2), 165-173.
- Page, L. A., Rehman, A., Syed, H., Forcer, K., & Campbell, G. (2021). The Readiness of Psychiatrists to Implement Psychedelic-Assisted Psychotherapy. *Frontiers in Psychiatry*, 12, 743599. Recuperado de <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.743599>.
- Palhano-Fontes, F., Barreto, D., Onias, H., Andrade, K. C., Novaes, M. M., Pessoa, J. A., Mota-Rolim, S. A., Osório, F. L., Sanches, R., Dos Santos, R. G., Tófoli, L. F., de Oliveira Silveira, G., Yonamine, M., Riba, J., Santos, F. R.,

- Silva-Junior, A. A., Alchieri, J. C., Galvão-Coelho, N. L., Lobão-Soares, B., ... Araújo, D. B. (2019). Rapid antidepressant effects of the psychedelic ayahuasca in treatment-resistant depression: A randomized placebo-controlled trial. *Psychological Medicine*, 49(4), 655-663. Recuperado de <https://doi.org/10.1017/S0033291718001356>.
- Paula, M. L. de, Jorge, M. S. B., & Morais, J. B. de. (2019). O processo de produção científica e as dificuldades para utilização de resultados de pesquisas pelos profissionais de saúde. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 23, e190083. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/Interface.190083>.
- Quintas, A. C. de M. O., & Tavares, P. dos S. P. B. (2020). Entre Caps AD e Comunidades Terapêuticas: o cuidado pela perspectiva dos usuários de um Caps AD. *Saúde debate*, 44(3), 198-209.
- Reynolds, L. M., Akroyd, A., Sundram, F., Stack, A., Muthukumaraswamy, S., & Evans, W. J. (2021). Cancer Healthcare Workers' Perceptions toward Psychedelic-Assisted Therapy: A Preliminary Investigation. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(15), 8160. Recuperado de <https://doi.org/10.3390/ijerph18158160>.
- Ribeiro, M., & Laranjeira, R. (2010). *O tratamento do usuário de crack*. Casa Leitura Médica. Recuperado de [https://site.mppr.mp.br/arquivos/File/Projeto\\_Semear/Drogas\\_e\\_Suas\\_Consequencias/O\\_Tratamento\\_d\\_o\\_Usuario\\_de\\_crack.pdf](https://site.mppr.mp.br/arquivos/File/Projeto_Semear/Drogas_e_Suas_Consequencias/O_Tratamento_d_o_Usuario_de_crack.pdf)
- Santos, M. P. G. (2018). Comunidades terapêuticas e a disputa entre modelos de atenção e cuidado a usuários de drogas. Recuperado de <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8883>.
- Silva, L. G. da, Bressiani, R. A., Silveira, C. F., Moraes, P. R., Schneider, D. R., & Calheiros, P. R. V. (2021). Racionalidades Norteadoras dos Tratamentos Ofertados em Comunidades Terapêuticas na Amazônia Ocidental e a Atuação da Psicologia. In E. G. Fernandes, F. R. Lopes, L. G. da. Silva (org.). *Insurgências Amazônicas: saberes e fazeres em Psicologia* (pp. 224). Coleção Pós-Graduação da UNIR. EDUFRO.
- Silva, L. G. da, Tófoli, L. F., & Calheiros, P. R. V. (2018). Tratamentos ofertados em Comunidades Terapêuticas: desvelando práticas na Amazônia Ocidental. *Estudos de Psicologia*, 23(3), 325-333. Recuperado de <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20180031>.
- Silva, P. A. F. da. (2021). *(Des)cuidado com os usuários de álcool e outras drogas: uma análise sobre as mudanças na política nacional sobre drogas*. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/220356>.
- Silveira, P. S. da, Martins, L. F., Soares, R. G., Gomide, H. P., & Ronzani, T. M. (2011). Revisão sistemática da literatura sobre estigma social e alcoolismo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 16, 131-138. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2011000200003>.
- Souza, D. L. de, Zambalde, A. L., Mesquita, D. L., Souza, T. A. de, & Silva, N. L. C. da. (2020). A perspectiva dos pesquisadores sobre os desafios da pesquisa no Brasil. *Educação e Pesquisa*, 46, e221628. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046221628>.
- Souza, L. F. de, & Martins, A. M. (2020). O uso da ayahuasca no tratamento da dependência química: uma revisão integrativa brasileira. *REVER: Revista de Estudos da Religião*, 20(2), 239-253. Recuperado de <https://doi.org/10.23925/1677-1222.2020vol20i2a16>.
- U.S. Food and Drug Administration. (2023, agosto 14). FDA. Recuperado de <https://www.fda.gov/>
- Vasconcelos, M. P. N., Paiva, F. S. de, & Vecchia, M. D. (2018). O cuidado aos usuários de drogas: entre normatização e negação da autonomia. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 11(2), 363-381. Recuperado de <https://doi.org/10.36298/gerais2019110212>.
- Wildberger, J. I., John, C. N., & Hallock, R. M. (2017). Perceptions of the medicinal value of hallucinogenic drugs among college students. *Journal of Psychedelic Studies*, 1(2), 50-54. Recuperado de <https://doi.org/10.1556/2054.01.2017.008>.

Winstock, A. R., Maier, L., Zhuparris, A., Davies, E., Puljevic, C., Kuypers, K., Ferris, J., & Barratt, M. (2021). *Embargoed till 9pm GMT Dec 1st; Global Drug Survey (Gds) 2021 Key Findings Report* [GDS 2021 Global Report]. Recuperado de [https://www.globaldrugsurvey.com/wp-content/uploads/2021/12/Report2021\\_global.pdf](https://www.globaldrugsurvey.com/wp-content/uploads/2021/12/Report2021_global.pdf).

Winstock, A. R., Ferris, J., & Davies, E. L. (2020). *Gds2020 Respondents Regretted Getting Drunk 30% Of The Time, So Here Are 3 Tips To Help* ([www.globaldrugsurvey.com](http://www.globaldrugsurvey.com); p. 2). GDS.

World Health Organization. (2022). *Mental Health and COVID-19: Early evidence of the pandemic's impact*. Recuperado de [https://www.who.int/publications-detail-redirect/WHO-2019-nCoV-Sci\\_Brief-Mental\\_health-2022.1](https://www.who.int/publications-detail-redirect/WHO-2019-nCoV-Sci_Brief-Mental_health-2022.1).

Zolotov, Y., Vulfsons, S., Zarhin, D., & Sznitman, S. (2018). Medical cannabis: An oxymoron? Physicians' perceptions of medical cannabis. *The International Journal on Drug Policy*, 57, 4-10. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.drugpo.2018.03.025>.

Žuljević, M. F., Buljan, I., Leskur, M., Kaliterna, M., Hren, D., & Duplančić, D. (2022). Validation of a new instrument for assessing attitudes on psychedelics in the general population. *Scientific Reports*, 12, 18225. Recuperado de <https://doi.org/10.1038/s41598-022-23056-5>.